



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

**2ª Reunião dos Gestores Nacionais do Programa Trabalho Seguro
Reunião Virtual – 12 de abril de 2023, às 17h**

PROPOSTA DE PAUTA
Itens para pauta
<ol style="list-style-type: none">1. Atualização sobre a programação do Seminário Trabalho Decente;2. Balanço das ações do Abril Verde por região;3. Proposta de priorização perene de julgamento de ações sobre o tema acidente de trabalho;4. Proposta da nova página do PTS;5. Sugestão de conteúdo a ser abordado na Reunião do dia 25/4/2023 com os Gestores Regionais.

A 2ª Reunião dos Gestores Nacionais do Programa Trabalho Seguro (PTS) iniciou-se no dia 12 de abril de 2023, às 17h, na forma telepresencial, por meio de videoconferência, viabilizada pela ferramenta *Google Meet*.

Estiveram presentes os seguintes membros do Comitê Gestor Nacional do PTS:

COORDENADOR-GERAL
Ministro ALBERTO BASTOS BALAZEIRO Coordenador-Geral do Programa Trabalho Seguro – PTS
Ministra LIANA CHAIB Vice-Coordenadora do Programa Trabalho Seguro – PTS
GESTORES NACIONAIS
ROBERTO LUIZ GUGLIELMETTO Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região
VILMA LEITE MACHADO AMORIM Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

**2ª Reunião dos Gestores Nacionais do Programa Trabalho Seguro
Reunião Virtual – 12 de abril de 2023, às 17h**

PAULO ISAN COIMBRA DA SILVA JÚNIOR Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região
LORENA DE MELLO REZENDE COLNAGO Juíza do Trabalho Substituta do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região
ANANDA TOSTES ISONI Juíza do Trabalho Substituta do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região

Apoio ao Comitê
GRAZIELLE DE LUCA Assessora da Presidência do Tribunal Superior do Trabalho
RAYANA PEIXOTO GONÇALVES Assistente do Conselho Superior da Justiça do Trabalho
SUZANA PACHECO SALOMÃO Assistente da Presidência do Tribunal Superior do Trabalho
DICKSON ANSAH RIBEIRO FREMPONG Chefe de Gabinete do Ministro Alberto Bastos Balazeiro
JULIANA RAMOS MAGALHÃES PATU Assessora do Ministro Alberto Bastos Balazeiro

Após saudar os e as presentes, o Coordenador-Geral do Comitê Gestor Nacional do PTS, Ministro Alberto Bastos Balazeiro, solicitou aos membros do Comitê mobilização para divulgação do Seminário que será realizado no dia 25/4/2023.

Informou que, por meio do Ofício Circular TST.GP.APOIO N.º 15, foi expedido convite ao 2º Gestor Regional do PTS para participação no aludido evento.

Com relação ao Seminário Trabalho Decente, a ser realizado no mês de agosto do corrente ano, o Ministro Alberto Balazeiro realçou a importância de convidar a senhora Victoriana Leonora Corte Gonzaga.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

2ª Reunião dos Gestores Nacionais do Programa Trabalho Seguro Reunião Virtual – 12 de abril de 2023, às 17h

A Dra. Lorena Colnago destacou que é preciso escolher um tema para a Oficina, que ocorrerá no segundo dia do Seminário (2/8/2023), que seja exclusivo da área do Trabalho Seguro. Para tanto, sugeriu dois temas, quais sejam: *“grandes acidentes de trabalho”* e *“debate sobre Norma Regulamentadora (NR) específica”*. Informou que o tema escolhido para a segunda Oficina, *“o caso da fábrica de fogos que explodiu na Bahia”*, possui interseccionalidade, além de representar um caso bem recente e invocar bastante atenção para a matéria segurança do trabalho.

Em seguida, a Dra. Ananda Isoni indicou o tema relacionado à Subnotificação, com enfoque no trabalho seguro, para ser abordado durante o Seminário Trabalho Decente. Esclareceu que esse tema consiste em matéria interessante e atual, que está sendo muito trabalhada pela Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho (CODEMAT). Acrescentou que o Ministério Público do Trabalho (MPT) celebrou Termo de Cooperação sobre a matéria. Asseverou, ainda, que, nas ações concernentes ao “Abril Verde”, estão previstas audiências públicas sobre esse tema, como parte de uma atuação conjunta com o Ministério Público. Argumentou que a temática pode ser trabalhada pelos Grupos de Trabalho Interinstitucionais (GETRINs), além de atender à Carta Final a ser produzida no encerramento do Seminário. Sugeriu, então, o nome da Dra. Márcia Kamei para debater sobre o tema. Citou, por outro lado, o tema Controle de Convencionalidade, sugerindo a possibilidade de se abordar o caso da fábrica de fogos nele. Destacou que, por meio desse tema, também daria para trabalhar assuntos relacionados ao meio ambiente do trabalho e às NRs. Por fim, indicou um terceiro tema: *“Leilões do Judiciário, envolvendo a questão das máquinas e equipamentos”*.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

**2ª Reunião dos Gestores Nacionais do Programa Trabalho Seguro
Reunião Virtual – 12 de abril de 2023, às 17h**

A Dra. Lorena Colnago sugeriu como segundo tema para a Oficina: “*A subnotificação para o acidente*”. Afirmou que essa matéria impacta na estatística brasileira dos acidentes, consistindo em um tema que precisa ser debatido com magistrados, a fim de melhorar tal situação.

Já o Ministro Alberto Balazeiro propôs uma Oficina sobre Controle de Convencionalidade, com a abordagem específica de um caso concreto. Informou que é importante existir interseccionalidade e análise de casos.

Nesse sentido, o Dr. Roberto Guglielmetto enfatizou que tanto o tema Controle de Convencionalidade, quanto a questão da Subnotificação, são relevantes para o Seminário e destacou a importância de trazer alguns casos concretos.

A Dra. Vilma Amorim pontuou que, na sua opinião, o tema da Subnotificação seria melhor trabalhado por meio de palestra e também nas reuniões com os gestores. Acrescentou que não seria interessante a abordagem do tema em uma Oficina. Afirmou, ainda, que o tema dos Leilões é bastante envolvente.

A Dra. Lorena Colnago destacou que, ao se abordar o tema das subnotificações de acidentes, agregado com a NR n.º 12, trabalhar-se-ia dois temas, ao mesmo tempo, na mesma oficina. Asseverou que, dessa forma, conectar-se-ia a subnotificação com o problema do acidente em máquinas e a não aplicação da NR n.º 12.

Quanto ao tema Controle de Convencionalidade, o Dr. Paulo Isan entende que é muito importante conhecer quem tratará do assunto e qual enfoque será dado. Ressaltou a necessidade de o palestrante focar no controle de convencionalidade,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

2ª Reunião dos Gestores Nacionais do Programa Trabalho Seguro Reunião Virtual – 12 de abril de 2023, às 17h

abordando questões relacionadas ao meio ambiente do trabalho. Acrescentou que não vislumbra a realização de uma Oficina com o objetivo de debater a NR n.º 12, em conjunto com a questão de se evitar acidentes de trabalho.

Sugeriu a promoção de Oficina sobre o tema *“Controle efetivo de convencionalidade: o que fazer?”*, a fim de que os participantes do Seminário possam aprender a redigir uma decisão sobre controle de convencionalidade. A sua proposta de encaminhamento, nesse sentido, é realizar, pelo menos, uma das oficinas com o tema controle de convencionalidade, podendo a discussão se dar quanto ao caso da fábrica de fogos de Santo Antônio de Jesus e debater como a decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) deve ser observada como precedente obrigatório.

A Dra. Ananda Isoni considerou que pode ser enriquecedor, durante a realização das oficinas, abordar quais fragmentos das decisões da CIDH podem ser usados para fazer o controle de convencionalidade nas sentenças. Exemplificou que a decisão do caso da fábrica de fogos tem trechos que também podem ser usados nas deliberações. Destacou, ainda, a importância de se focar em questões, envolvendo trabalho seguro, acidente de trabalho e interpretação das NRs.

O Ministro Alberto Balazeiro sugeriu uma Oficina com o tema *“Medidas práticas de combate ao acidente de trabalho”*.

A Dra. Vilma Amorim ressaltou que a questão da Subnotificação poderia ser resolvida, em grande parte, com a alteração do protocolo de atendimento de pessoal do Sistema Único de Saúde nos Hospitais. Citou, como exemplo, o que



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

2ª Reunião dos Gestores Nacionais do Programa Trabalho Seguro Reunião Virtual – 12 de abril de 2023, às 17h

ocorre no Estado de Sergipe, onde a técnica de enfermagem procura a pessoa no leito para fazer o levantamento se houve acidente de trabalho.

O Ministro Alberto Balazeiro sugeriu uma Oficina com o tema "*Acidente de trabalho e a mesa de audiência*", abordando assuntos como leilões, subnotificações e a questão das máquinas, tendo como facilitadoras a Dra. Ananda Tostes Isoni e a Dra. Lorena Colnago. Em resposta, esta sugeriu o tema "*Medidas práticas que o juiz pode realizar para prevenir e melhorar as estatísticas dos acidentes de trabalho*".

O Dr. Roberto Guglielmetto sinalizou que essas oficinas com recomendações práticas são atrativas e bem importantes para o dia a dia dos magistrados. Citou a questão das doenças ocupacionais nos frigoríficos em Santa Catarina. Afirmou que, em regra, elas não são catalogadas pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) como doença do trabalho, consistindo em uma hipótese de subnotificação.

A Dra. Ananda Isoni indicou a professora Thereza Cristina Nahas para ser a facilitadora da Oficina que tratará do tema controle de convencionalidade.

Em seguida, o Ministro Alberto Balazeiro passou ao segundo item da pauta, solicitando um balanço das ações do PTS realizadas no mês de abril, por região, para divulgação. Esclareceu que, por meio desse balanço, irá fazer duas matérias: uma relacionada ao que foi feito até o presente momento, e outra concernente ao planejamento das ações. Informou que quer incentivar pessoas por meio da divulgação dessas ações e citou como modelo de balanço, o arquivo que a Dra. Vilma Amorim enviou no grupo de *whatsapp*.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

2ª Reunião dos Gestores Nacionais do Programa Trabalho Seguro Reunião Virtual – 12 de abril de 2023, às 17h

Com relação ao evento do dia 25/4/2023, o Ministro Alberto Balazeiro informou que ainda não há a confirmação da presença do Ministro do Trabalho e Emprego, Dr. Luiz Marinho. Solicitou aos membros do Comitê a divulgação do evento. Informou que vai disponibilizar no grupo de *whatsapp* o *Card* do evento e a matéria que a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT) elaborou. Enfatizou que, após a palestra, ocorrerá o lançamento da Obra "*Normas Regulamentadoras (NR) relativas à Segurança e Medicina do Trabalho: Percursos para a Efetividade do Trabalho Decente*", às 17h, no Salão de Recepções do 6º andar, do bloco B, do TST.

A Assessora do Ministro Alberto Balazeiro, Juliana Patu, informou que a ENAMAT enviou, por e-mail, aos servidores do TST, o convite com o *link* para inscrição, nas modalidades presencial e telepresencial, no evento "*Democracia e Meio Ambiente do Trabalho*", que contará com palestra do jurista francês Michel Miné. Acrescentou que a ENAMAT contatará as Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais (EJUDs) para divulgar tal evento.

O Ministro Alberto Balazeiro informou que foi convidado para o evento de iluminação do Cristo Redentor, no Rio de Janeiro, no dia 28/4/2023. Recomendou que a Dra. Lorena Colnago entrasse em contato com o Juiz Marcos Dias de Castro, Gestor Regional do PTS da 1ª Região, para articulação.

O Ministro Alberto Balazeiro introduziu, a seguir, o terceiro item de pauta: a questão da priorização perene de julgamento de ações sobre o tema acidente de trabalho. Pontuou que há uma dificuldade no TST de identificar esse tema nos processos. Esclareceu que fez uma força tarefa para conseguir fazer uma pauta



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

2ª Reunião dos Gestores Nacionais do Programa Trabalho Seguro Reunião Virtual – 12 de abril de 2023, às 17h

temática durante o mês de abril e que as metas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) não se encaixam em acidente de trabalho.

Após, a Dra. Ananda Isoni afirmou que existe a Recomendação Conjunta GP.CGJT n.º 1/2011, que preconiza que todos os Tribunais Regionais do Trabalho confirmam tramitação prioritária aos processos que envolvam acidentes de trabalho. Citou, ainda, o inciso IV, do artigo 60, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, de dezembro de 2019, que também prevê que juízes e desembargadores devem assegurar prioridade no processamento e julgamento de ações que envolvam o tema. Informou que já faz essa priorização na capa do processo do Sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe).

A Assessora do Ministro Alberto Balazeiro, Juliana Patu, ressaltou que os processos que chegam ao TST, pelo sistema do PJe, são convertidos, em grande parte, a outro sistema jurídico para julgamento. Enfatizou que tem um campo no Sistema Eletrônico de Informações Judiciárias (e-SIJ) que identifica o tema acidente de trabalho, mas que o Bem-te-vi, sistema utilizado para triar, não identifica esses processos, ficando ocultos no acervo.

Em continuidade, o Dr. Roberto Guglielmetto expôs que, durante o ano de 2020, o Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, para atingir a meta 9 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), elaborou pauta com todos os processos que envolviam o tema acidente de trabalho. Informou, por outro lado, que foi detectada uma falha no cadastro de processos no PJe, devido à falta de lançamento do item acidente de trabalho. Propôs que o CSJT crie uma norma para que, no ato de cadastramento dos processos, sejam necessariamente registrados



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

2ª Reunião dos Gestores Nacionais do Programa Trabalho Seguro Reunião Virtual – 12 de abril de 2023, às 17h

os temas litigados. Complementou que, de outra forma, resta praticamente impossível verificar, com fidelidade, a quantidade de processos que versam sobre o tema, por falha no cadastro.

O Ministro Alberto Balazeiro sugeriu, para o ano, a organização de uma Semana de Julgamento de ações que envolvam o tema "*Doenças Ocupacionais e Acidentes de Trabalho*". Acresceu a necessidade de que tal projeto seja replicado em todo o Brasil. Aventou, ainda, a possibilidade de expedição de Ofício a ser direcionado à Presidência do TST, solicitando alguma medida/forma de intervenção no sistema de cadastramento dos Tribunais Regionais.

A Dra. Ananda Isoni esclareceu que o cadastramento, no primeiro e no segundo graus de jurisdição, já existe. Informou que, por meio de um filtro, tanto os magistrados como os advogados conseguem levantar com facilidade quais são os processos que tratam sobre acidente de trabalho. Com relação à Semana de Julgamento a ser realizada no próximo ano, destacou ser uma ótima ideia, bem assim considerou ser muito efetivo realizar um mutirão para se julgar esses processos.

A Dra. Lorena Colnago sugeriu realizar a pauta temática de julgamento do presente ano, durante o Setembro Amarelo ou o Outubro Rosa ou, até mesmo, no Novembro Azul, uma vez que, para o mês de abril, não haverá tempo hábil. Acresceu que, para o ano, daria para preparar a pauta no mês de abril, desde que fossem encaminhados ofícios com antecedência.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

2ª Reunião dos Gestores Nacionais do Programa Trabalho Seguro Reunião Virtual – 12 de abril de 2023, às 17h

A Dra. Ananda Isoni propôs que a Semana de Julgamento de ações que envolvam o tema "*Doenças Ocupacionais e Acidentes de Trabalho*" fosse permanente, assim como ocorre com a Semana de Conciliação. Acrescentou que tal semana poderia ser instituída, por meio de recomendação.

A Ministra Liana Chaib apoiou a ideia.

A Dra. Vilma Amorim informou que, no Estado de Sergipe, há recomendação para elaboração de uma pauta temática durante a última semana do mês de abril.

Ainda com relação à questão da Semana de Julgamento de ações que envolvam o tema "*Doenças Ocupacionais e Acidentes de Trabalho*", o Dr. Roberto Guglielmetto enfatizou que a operacionalização para julgamento, em uma semana, de processos que tramitam no primeiro grau de jurisdição resta dificultosa, porque necessita de instrução, e essa, por sua vez, depende de perícia.

A Dra. Lorena Colnago sugeriu realizar uma campanha com os médicos que trabalham para a Justiça do Trabalho, a fim de adiantarem as perícias para a referida semana ou para o mês de abril inteiro.

O Ministro Alberto Balazeiro sinalizou que irá fazer uma minuta de ofício nesse sentido e a colocará para aprovação dos membros do Comitê.

Quanto às ações a serem realizadas no mês de abril do corrente ano, o Dr. Paulo Isan sugeriu identificar e divulgar as decisões já publicadas relacionadas aos temas do PTS.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

2ª Reunião dos Gestores Nacionais do Programa Trabalho Seguro Reunião Virtual – 12 de abril de 2023, às 17h

A Dra. Ananda Isoni declarou a importância de haver uma priorização de julgamento dos processos que estão aptos à apreciação relacionados ao tema do PTS.

A Dra. Lorena Colnago informou que a professora Thereza Cristina Nahas não poderá comparecer ao Seminário Trabalho Decente no dia 2/8/2023. Alertou ainda que a professora Flávia Piovesan e o Dr. Valério Mazzuoli não atuam na área do Direito do Trabalho.

O Ministro Alberto Balazeiro recomendou que as indicações de palestrantes para o Seminário Trabalho Decente sejam apresentadas no grupo de *whatsapp*.

A seguir, o Dr. Paulo Isan exibiu a proposta do novo *layout* do sítio eletrônico do PTS. Informou que, se aprovado, a expectativa é que no dia 25/4/2023 ele já esteja pronto para ser divulgado.

O Ministro Alberto Balazeiro e demais integrantes do Comitê aprovaram a referida proposta.

A Dra. Lorena Colnago indicou o nome do Dr. Paulo Isan Coimbra para ser o facilitador da Oficina "*Trabalho Decente e Controle de Convencionalidade: caso dos empregados da fábrica de fogos de Santo Antônio de Jesus*", juntamente com a professora Rosemeire Fernandes. O Dr. Paulo Isan aceitou tal sugestão e se colocou à disposição.

O Ministro Alberto Balazeiro recomendou que os membros do Comitê adicionem, até o dia 17/4/2023, no grupo de *whatsapp*, sugestões de pauta para a reunião



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

**2ª Reunião dos Gestores Nacionais do Programa Trabalho Seguro
Reunião Virtual – 12 de abril de 2023, às 17h**

com os Gestores Regionais, que será realizada no dia 25/4/2023. Por fim, agradeceu a presença de todos e de todas e encerrou a Reunião.